

A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE CAMPINA GRANDE COMO 'GESTORA' DA MODERNIZAÇÃO DA CIDADE (1926-2006)¹

Josemir Camilo de Melo²

Este é um trabalho de pesquisa em andamento, cuja finalidade será escrever a História dos 80 anos da entidade. Aqui, apresentaremos alguns resultados da pesquisa, levando em consideração o estado da arte do conceito de modernização.

A ACCG foi fundada a 2 de dezembro de 1926, mas só foi registrada a 30 de janeiro de 1936. Comemora, portanto, seus 80 anos como órgão dirigente de uma classe que sempre esteve presente aos grandes momentos da cidade, seja para beneficiar sua parte social, seja para participar e influenciar na parte política, gerando polêmicas e co-administrando a cidade. A presente pesquisa visa verificar os múltiplos papéis desta entidade, desde sua intervenção na urbanização e nas políticas públicas aplicadas à cidade e até mesmo ao Estado, no caso do algodão e das 'obras contra a seca' passaram pelo crivo da ACCG, que agia como interlocutor da sociedade civil e do Poder municipal junto às esferas estaduais e federais, na tentativa de atrair investimentos e, ao mesmo tempo, proteger o capital, entrando em conflito com setores específicos da sociedade, na reorganização do espaço comercial do centro da cidade. Embora o universo explorado pela pesquisa seja amplo, nosso recorte, aqui, se dará em cima da intervenção da entidade no processo de urbanização e modernização da cidade, principalmente a partir do período Vergniaud Wanderley (1935/7 e 1940/45) (MELO, 2006) até a revitalização déco (década de 90)³.

Sua sede inicial era na rua João Pessoa, nº 21, e seu primeiro presidente foi o comerciante de algodão (importador e exportador) Demosthenes Barbosa⁴, cuja firma ficava à rua Marquês do Herval. Ainda em 1926, chegava a Campina Grande, o comerciante João Rique que começou negociando algodão do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. Tornou-se dono de uma

¹ Este paper é o resultado provisório da pesquisa levada a efeito pelas universitárias do Curso de História da UEPB, Amanda Norberto Peixoto e Giuliane Chrishina Barros dos Anjos, sob nossa coordenação, para o Projeto História dos 80 Anos da Associação Comercial de Campina Grande, idealizado pela própria entidade. Trabalho apresentado no Simpósio Temático "A Cidade Sob Diferentes Olhares", durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual da Paraíba (Campus I - Campina Grande).

³ Não pretendemos discutir, aqui, o conceito de modernização. Sobre a temática ver duas coletâneas GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.) *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Campina Grande, Secretaria Municipal de Educação, 2000; e Ó, Alarcon Agra do et alii. *A Paraíba no Império e na República. Estudos de História Social e Cultural*. João Pessoa, Idéia, 2003.

⁴ Um dos fundadores da AC, Demosthenes de Sousa Barbosa ocupou cargo estadual no Conselho Consultivo, foi eleito presidente da Câmara Municipal, cargo este que só duraria um ano, devido ao golpe de 1937.

refinaria de óleo de algodão e fundou o Banco Industrial de Campina Grande, vindo a ser o presidente que mais vezes ocupou a diretoria da AC.⁵

Este rápido preâmbulo já mostra a potência deste órgão de classe na trajetória da modernização da cidade, que foi reforçada pelo desenvolvimentismo juscelinista (JK visitou por três vezes à cidade), mas podada pelos militares ao cassarem o líder local da burguesia desenvolvimentista, Newton Rique, só talvez porque fosse filiado ao PTB de Jango. No entanto, nem a AC nem o programa 'riqueano' foram abalados pelo golpe, mas ambos se adaptaram rapidamente aos novos tempos. Porém esta não é a finalidade deste artigo e sim o envolvimento histórico da AC em todo o processo de modernização da cidade.

1 - Antecedentes

O primeiro sintoma de manifestação da classe agro-mercantil em Campina Grande pode ser vislumbrado na edição do Almanach de Campina Grande, de 1925, pelo guarda-livro João Mendes. Lá estava toda a ideologia ufanista local.

Esta não era a primeira vez que a 'classe comercial' fazia história. Campina Grande nasceu sob as influências do comércio, a partir dos tropeiros, devido ser uma zona de refrigério entre sertão, Cariri, Curimataú/Seridó e o brejo, no caminho para a sede do Poder, desde Capitania a Estado. O ápice deste comércio regional ocorreu na transição do século XIX para o XX, em que a política deliberadamente se estribou no comércio, através das feiras, esse misto de encontro social, econômico e proselitismo coronelístico. O maior exemplo desta aliança, que aos olhos de hoje, parece anódina, vem da contenda entre Conservadores e Liberais do Império, que, em Campina Grande, transferiam a feira de local, embora na mesma rua Maciel Pinheiro, ao sabor da ascensão de cada partido político. Na análise percuciente de Gurjão, ganhando os Conservadores, do pernambucano Alexandrino Cavalcanti, e do genro, o dinamarquês Cristiano Lauritzen, a feira ficava a noroeste da Maciel Pinheiro, em frente à loja de Lauritzen e residência de Cavalcanti, vizinhas a parede e meia. Ganhassem os Liberais do coronel João Lourenço Porto e a feira ia mais ao sudeste da rua, para perto do mercado de Baltazar Pereira Luna, reduto dos Liberais.

Esta movimentação política usando a feira como curral eleitoral teve seus momentos críticos com dois movimentos no século XIX: o Quebra-Quilos (1874) e o Rasga-Vales (1895), sendo que neste segundo, o fulcro do conflito fora exatamente o comércio. É que comerciantes

⁵ João Rique casou-se com Rosa Vieira, filha do comerciante Antônio Vieira da Rocha, fundou o clã dos Rique, um dos quais (Newton Rique) foi não só Presidente da AC, mas prefeito cassado em 1964.

liderados por Lauritzen emitiam vales como troco por escassez de moedas. Como era anticonstitucional, disto se aproveitaram os remanescentes do Partido Liberal, então no Poder municipal, para confiscar vales durante a feira. Foi o suficiente para que o confisco virasse um conflito em que foi morto um soldado da polícia. Foram condenados Lauritzen e outros comerciantes, num processo que se arrastou por algum tempo, mas sendo absolvidos, ao final. A maior alteração que o comércio local viveria se deu a partir da inauguração da ferrovia em 1907. A cidade teve um crescimento populacional e imobiliário e, conseqüentemente, de sua feira, bem como de suas casas comerciais, inaugurando o novo boom algodoeiro (o primeiro se dera por volta de 1864, resultando na emancipação da cidade). Com a chegada de firmas nacionais e estrangeiras em busca do mercado algodoeiro, a cidade necessitou de se urbanizar, pois seu comércio começava a parecer tacinho diante do interesse do capital agro-mercantil, agora com injeções de fora, como a ferrovia The Great Western e as firmas exportadoras de algodão. É, portanto, neste bojo, que nasce, em 1926, órgão de classe que vai gerir esta modernização.

Os primeiros cinco anos da AC foram de organização interna e de luta para defender o comércio exportador. Não há documentos da própria entidade que cobrem este período, sequer suas atas existem (pelo menos é o que a pesquisa até aqui revelou). O recurso ainda pode ser o jornal. O exemplo, a seguir, é bem ilustrativo. Em 6/10/1928, o jornal local, O Século, noticiava: “O Banco do Brasil e o nosso Comércio de Algodão”, onde dizia que: a Associação Comercial de Campina Grande pede ao Presidente João Pessoa melhores condições de negócios algodoeiros da praça junto ao Banco do Brasil. Agradecendo antecipadamente, o presidente da ACCG, Demosthenes Barbosa e o secretário João de Souza Vasconcellos⁶.

Em 13/04/29, O Século noticiava: “A Grave Questão Tarifária do Estado”, com reportagem de capa com foto da assembléia realizada a 8/9/29, às 20:00 pela AC para debater pela primeira vez o assunto da tarifa orçamentária que o governo deliberou para o interior do Estado. O imposto de incorporação beneficiava mais municípios da capital do que os demais municípios que. A AC enviou telegrama ao Presidente João Pessoa solicitando a diminuição dos impostos no interior.

O imposto de exportação do algodão continuava o calo da entidade, que denunciava a disparidade tributária entre Campina Grande e João Pessoa, principalmente o imposto de incorporação. Tirou-se uma comissão para se entender com o Interventor Federal. E para defender seus interesses, a classe passou a contar, em março de 1932, com o seu jornal, o

⁶ Este comerciante, um dos fundadores da AC, seria eleito deputado estadual em 1935. Este cidadão ocupou vários cargos públicos e chegou a ser presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

'Comércio de Campina', dirigido pelos professores Manuel de Almeida Barreto e Alfredo Dantas, embora de vida breve, pois só circulou um ano.

Apesar de não estar levando vantagens com a política estadual, a 'classe comercial' já via necessidade em ter seus homens em postos chaves da política local. Assim é que, em 1929, no Conselho Municipal (Câmara) havia dois comerciantes João Leôncio e Lino Fernandes de Azevedo, do Partido Democrático de Argemiro Figueiredo. Provavelmente algum resultado positivo foi sinalizado, sobre a luta contra o imposto, pois pelo menos o presidente da AC, Lino Fernandes e o industrial João Marques de Almeida foram nomeados pelo governo do Estado, para compor o Conselho Consultivo⁷ de Campina.

2 - Cooptação política local, estadual e federal

A AC funcionava, também, em termos políticos como uma espécie de biombo em que o governo se espelhava em suas políticas públicas. Por outro lado, também se tornava caudatária do governo municipal, principalmente no caso de o prefeito Vergniaud Wanderley ter prometido que doaria terreno para a construção da nova sede própria da AC.

As cooptações também se davam em plano federal, a ponto de os presidentes se deslocarem a Campina Grande, em busca de apoio ou inauguração de obras estratégicas, como em 1933, na visitava do Presidente Getúlio Vargas, ou na década de 50, as 3 visitas de JK. Não estamos contando aqui com os governos militares e as décadas posteriores que, com o desenvolvimento das comunicações e dos transportes, as visitas ficaram mais rotineiras.

A cooptação política passa a ser uma constante, não só com o Poder em suas três esferas, mas Também com a Igreja e as instituições públicas e privadas, o que resultava em dividendos. Alguns momentos são bem exemplares como, em 1935, quando a AC propôs um voto de louvor ao Governador do Estado pela forma como ele agiu em defesa da ordem pública em nosso Estado no recente movimento revolucionário a "Intentona Comunista".

Outra constante na cooptação foi a busca por sua sede própria, prometida pelos prefeitos de plantão nos anos 30, até a década de 1950, quando o prefeito Plínio Lemos sancionou um decreto em que doava um terreno para a construção da sede social da AC. A resposta da entidade é imediatamente de louvaminhas, como o presidente João Rique Ferreira sugerindo que a AC preste uma homenagem ao prefeito Plínio Lemos pela doação do terreno à rua Maciel Pinheiro, avaliado em CR\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros). Foi-lhe dado o título de

⁷ O pernambucano João Marques de Almeida fundou, em 1923, a fábrica têxtil Marques de Almeida; chegou a ter cargos na diretoria da AC. Por este Conselho passariam ainda outros comerciantes, a exemplo de João Rique Ferreira.

sócio-benemérito, enquanto membros da direção da AC estiveram na Câmara Municipal para agradecer ao Legislativo a doação do terreno em frente à prefeitura onde seria construído o edifício do Palácio do Comércio com seis andares (o atual prédio).

Quanto a exemplo de cooptação com entidades públicas, como em 1952, a AC mandou um ofício ao presidente do Banco do Brasil, parabenizando pela atitude de manter o sigilo comercial (jornal O Globo, de 7/7/52, p. 2, Campina Grande).

3 - A Modernização através das políticas públicas aplicadas à cidade (abastecimento d'água, saneamento) e até mesmo ao Estado (proteção ao algodão, as 'obras contra a seca')

Pretendemos ver a 'gestão' da AC, neste aspecto, em dois momentos: um de ordem nitidamente urbana; e outro, de ordem mais geral, estadual, podemos dizer, mas que redundava em capitalização para Campina Grande.

O primeiro passo que se denota de engajamento da AC numa política de urbanização (na visão elitista), está na polêmica campanha, segundo o jornal Brasil Novo, de Tancredo de Carvalho, que publicava a manchete "Socorro aos mendigos". É que, em 1931, a AC, sob a presidência de Demosthenes de Sousa Barbosa criou uma Comissão de Amigos para acabar com a mendicância na cidade, com apoio do prefeito Lafayette Cavalcanti. O coronel Demosthenes se prontificou a realizar um cadastro de comerciantes que quisessem contribuir semanal ou mensalmente. O prefeito e a Comissão deliberaram não permitir mendicância dentro da cidade, retirando todos os vagabundos (sic), desocupados das ruas, além de construir um dispensário para os reconhecidamente mendigos e organizar voluntários que socorrerão os pobres.

Apesar desta campanha, parece que a AC vivia um certo marasmo, a ponto de seus sócios, em reunião de 4 de janeiro de 1932, tomarem a decisão de, na ausência do Presidente Demosthenes Barbosa, discutirem sobre o estado de inatividade de sua entidade. Ali, contando com 30 sócios afiliados por aclamação, no momento, como foi eleita uma diretoria provisória, tendo como Presidente Lino Fernandes, Abelardo Lobo, como secretário e João Leôncio, como tesoureiro. Aqueles 30 comerciantes ainda parecem ser pouco, já que Epaminondas Câmara nos dá, para a década de 1920, cerca de 81 comerciantes. Na eleição para a diretoria definitiva que deveria cumprir o mandato pendente até 12 de dezembro de 1932, a única modificação foi a entrada de João Rique Ferreira como Vice-presidente. A partir daí começaria a hegemonia dos Rique.

Alguns casos podem ser acompanhados através da documentação da AC e da imprensa, como o caso do prédio dos Correios. O Interventor, nomeado pela Revolução de 1930, solicitou a AC

que interviesse junto ao prefeito Lafaiete Coutinho para a escolha do lugar onde seria construído o prédio dos Correios e Telégrafos (1932) já sob a chancela do Ministro de Viação e obras Públicas, José Américo de Almeida. O local escolhido pelo Ministério seria na Praça da Bandeira, o que prejudicaria o embelezamento da cidade, contra o que se posicionou a AC. De nada adiantou a intercessão da AC, pois este foi inaugurado em fevereiro de 1933, no que se chamava, à época, ‘Largo do Rosário’, em plena via, a rua Marquês do Herval, dando os fundos para a Igreja do Rosário. Na contra-mão da história, atrapalhando o tráfego. Não se sabe se a contragosto do Prefeito Lafayette Cavalcanti (que também era comerciante), pois fora exonerado meses antes da inauguração. Pouco tempo depois de inaugurado, viram o erro, e o demoliram. Para o novo prédio (o atual) a AC também se fez presente no lançamento da pedra fundamental do edifício dos Correios, a 091/01/1948. Tal era a consciência de seu papel que, em menos de quatro meses, a AC já estava interpelando o diretor de obras sobre a paralisação da construção.

Mas, a maior intervenção viria em favor daquilo que fazia a cidade inteira viver um pesadelo: a crise de abastecimento de água. Antes da adutora de Boqueirão, na década de 1950, a cidade sofria da falta de água, pois o abastecimento vindo de Vaca Brava, em Areia, não dava conta do aumento populacional. A própria AC estava atenta à circular do diretor da Repartição do Saneamento que mandara cortar no prazo de 10 dias o fornecimento de água para postos de gasolina, indústrias e construções, bem como até a limitar a taxa de água para as residências. Mesmo este precário abastecimento havia sido louvado péla AC numa homenagem ao Governador Argemiro de Figueiredo, campinense, quando da inauguração da adutora de Vaca Brava, em 1938, quando a AC solicitou água grátis para toda a população naquele dia. No entanto, os serviços começaram a funcionar em janeiro de 1939, através de sete chafarizes públicos. Ainda no plano municipal, a AC recorria à prefeitura para melhorar o calçamento do centro comercial e as vias que davam acesso à Estação Velha.

Em 1938 a AC estava às voltas com o problema da segurança noturna do centro comercial, pois faltava apoio econômico (financeiro) ao chefe e sua equipe de segurança. A entidade, então, deliberou que, junto, com a União dos Comerciantes Retalhistas assumiriam as despesas. Este problema se arrastaria, sem solução, até os anos 50.

Se a cidade sofria com falta d’água, qualquer estiagem na zona rural deixava a cidade apreensiva. A AC entrava em cena e enviava telegramas ao Presidente (Getúlio Vargas, no caso da década de 30) para que acionasse o IFOCS. Já esta entidade tornara-se um trunfo para as entidades da cidade, principalmente para o órgão da ‘classe comercial’, que via nela um momento de suas intervenções, como por exemplo, na década de 1930, quando os

comerciantes locais pediam a AC que se esforçasse para sustar a proibição de compras de materiais e mercadorias nesta praça, suspensão estabelecida pelo 2º distrito de Obras contra as Secas. Chegaram até a apelar para o engenheiro responsável e que este prometera solucionar o problema. Por outro lado, nos períodos críticos da seca, a AC era acionada pelo Ministro José Américo sobre a conveniência da a organização de serviços públicos em Campina e adjacências, a fim de evitar o infiltramento (sic) de inúmeros flagelados. Em outro momento, a AC cobrava seus dividendos, como em novembro de 53, em que a AC enviou um telegrama ao presidente Getúlio Vargas e um ao Ministro da Viação, José Américo, reivindicando o início dos trabalhos da adutora de Boqueirão para o abastecimento da cidade.

As reivindicações da AC, atuando como mentora do progresso da cidade, não param e são as mais abrangentes possíveis. Vai desde as cobranças sobre a situação precária do Aero Club, como discutir, com a empresa Loide Aéreo Brasileiro sobre interrupção de vôos. Ou sobre as vantagens que a Paraíba teria com a construção de a CHESF.

A AC ou seus segmentos organizados, como o Sindicato dos Empregados, solicitava também sua intervenção junto aos poderes competentes para que a cidade sediasse os serviços do SESC e do SENAC e também por uma Junta de Conciliação na cidade. bem como para instalação da Western Telegraph para melhora o comércio. Outro pleito era o de apressar os trabalhos da penetração da ferrovia da GWBR em direção a Patos, onde estava o terminal da RVC.

A própria AC, apoiava as atitudes da prefeitura, como novembro de 1947, o prefeito recém-eleito Elpídio de Almeida aciona a entidade para tratar do orçamento e arrecadação do Imposto de Licença Municipal para realizar obras públicas, mas que seria reduzido em 1949 a 5-% e extinto em 1950. Após debates ficou acordado que o imposto seria cobrado em 1948, mas que sua arrecadação fosse regulamentada em 1949 a fim de que ficasse isenta sua contribuição para todas as firmas licenciadas e esta só deveria ser cobrada por ocasião do licenciamento, uma única vez quando fosse aberto um estabelecimento e não sistematicamente. O prefeito aceitou a proposta.

A AC também seria acionada 1951, para discutir o programa de pavimentação de estradas da Paraíba, já que o governo teria de criar novos impostos.

Na década de 1950, a entidade estava na luta em prol das obras de saneamento da cidade, com respeito à confecção dos canos. O presidente Newton Rique defendia que se telegrafasse ao DNOCS solicitando prioridade para uma firma que já realizara serviços na cidade o que traria benefícios ao comércio. Quanto ao comércio de exportação, a AC solicitava em telegrama ao

Loide Brasileiro que os vapores destinados à Europa escalassem em Cabedelo para dar saída às mercadorias paraibanas.

Em 1956, a AC estava empenhada na solução definitiva para o problema de abastecimento de água da cidade. Para isto ela realizou uma mesa redonda com a presença do diretor do DNOCS responsável pelo abastecimento da cidade, Dr. José Cândido Pessoa e do deputado Herbert Levy, a partir das promessas feitas no Encontro dos Bispos do Nordeste, a que a AC deu forte apoio. A cidade seria abastecida com água de Boqueirão em dezembro de 1957. Para isto, o governo federal isentou de impostos e taxas aduaneiras as chapas de aço importadas do Japão. As obras a serem realizadas pelo DNOCS no Estado, totalizariam 142 milhões de cruzeiros.

A AC trabalhava também no varejo, ou seja, tentava evitar até remanejamento de funcionários como aconteceu com o engenheiro que trabalhava na adutora de Boqueirão, como também contra a ordem de transferir o almoxarifado do DNOCS de Campina para João Pessoa, já que causaria prejuízos ao comércio da cidade, pois a instituição já estava em Campina há trinta anos.

Outra área de atuação da AC, dentro da filosofia desenvolvimentista-jucelinista, passou a ser a das conferências sobre temática nacional, como a do deputado Drault Hernani, em 23 de abril 1957, sobre o Petróleo Brasileiro. Ou discutir os planos salvadores como fez sobre as vantagens da lei Colombo de Souza, que traria benefícios para o Nordeste, para as novas indústrias. Não era a primeira vez que a AC se comprometia com este expediente cultural e científico. Em 1951, por exemplo, a entidade chamou uma discussão a respeito do projeto “Freitas Cavalcanti” sobre a moratória do algodão; como convocaria outra sobre o Projeto Algodão Mocó, idealizado pelo governador José Américo de Almeida, em que seria destinado 36 tratores a Paraíba e que Campina Grande seria a sede da “Campanha do Mocó”. O presidente da AC, João Rique, disse que se devia fazer esta campanha do algodão como quem faz campanha política.

Outra grande contribuição ao desenvolvimento regional foi a conferência proferida pelo jornalista J. Fernandes Vieira, no dia 19 de julho de 1958, sob o título *“Um Programa de Metas, Solução Adequada ao Desenvolvimento do Nordeste”*. Dando prosseguimento à sua política cultural, a AC realizou no dia 24/09 uma conferência do Dr. Domício Barreto Gondim sob o título *o “Aproveitamento Industrial da Celulose”*. Em 1959, foi a vez de a AC patrocinar um Debate Nacionalista em seu auditório com a presença do deputado Josué de Castro sobre a situação do Nordeste em relação ao desenvolvimento nacional. Neste mesmo ano, o líder da AC, seu ex-presidente, Newton Vieira Rique, se lançou candidato a prefeito da cidade pelo PTB.

É sabido o papel que Campina Grande desempenhou nos anos 50 na política desenvolvimentista, como acolhendo a Reunião Nacional Algodoeira do Nordeste (RAN), a Mesa Redonda dos Governadores Nordestinos e o Encontro dos Bispos do Nordeste e trazendo economistas para debates sobre os problemas econômicos do Nordeste tendo, à frente, o campinense Aluísio Afonso Campos e Obregon de Carvalho diretor executivo e assessor econômico respectivamente do Grupo de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste (o GTDN⁸) para solucionar os problemas regionais. A reunião foi presidida por Newton Rique e os dois convidados salientaram a urgente necessidade de estudos da 'balança de pagamentos' da região, capazes de detectar a perda da subsistência econômica do Nordeste; os debates concluíram que a única maneira de estancar os desníveis entre o sul e o Nordeste é formar uma política segura de investimentos públicos e privados na infra e superestrutura de nossa região. Tudo era feito para atrair investimentos para a cidade e, óbvio, para a 'classe comercial'. Como fizera cedendo seus salões para uma reunião dos concessionários da Willys Overland do Brasil S/A na Paraíba a pedido de seu superintendente Hickman Price Jr.

O nível técnico educacional também foi um viés que uniu o Poder público e a AC, como na proposta do prefeito Elpídio de Almeida, em 1957 da criação de uma entidade destinada a manter as instituições culturais e ao patrocínio de programas de desenvolvimento científico, econômico e técnico, concedendo bolsas de estudo, promovendo intercâmbio de professores etc. Seria administrada por um Conselho Diretor composto de dez membros nomeados pelo prefeito, entre pessoas de qualidades cívicas e intelectuais. Será dada oportunidade a órgãos de interesse coletivo como a FIEP, a Federação do Comércio e a AC para também colaborarem nos programas de levantamento do nível cultural, social e econômico do povo paraibano. A Fundação atuaria nos âmbitos municipal e regional, visando prestar serviços às populações ligadas a Campina e ao Nordeste. Este mesmo tipo de empenho da AC ocorreria em 1984, junto ao Lynaldo Cavalcanti, presidente do CNPq sobre a idéia de criar na cidade a Fundação Parque Tecnológico para o que estaria solicitando a doação dos andares pertencentes a entidade comercial.

A AC se bateu para trazer para Campina Grande as entidades públicas e mistas. Foi assim na luta pela manutenção do DNOCS e lutou para trazer a sede do IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes). A AC intercedeu junto à Prefeitura para a doação do terreno, senão e a sede iria para João Pessoa. Também tentou, sob a presidência de Severino Cabral⁹,

⁸ Deste Grupo, que ainda contava com a colaboração de técnicos e economistas estrangeiros fornecidos pela ONU, surgiria a SUDENE.

⁹ O comerciante Severino Cabral se elegeu prefeito de Campina Grande, (1959-1963) contra outro empresário do ramo bancário e comercial, Newton Rique.

criar a Bolsa de Mercadorias e Valores da Paraíba. Para a cidade vieram também agências bancárias, como a do Banco do Nordeste, através de Aluízio Campos, um dos consultores jurídicos da AC. Foi uma vitória segundo a 'classe', pois o banco tinha resolvido só se instalar em capitais.

Na década de 60 a AC parece levar um choque, pois seu líder, agora prefeito, Newton Rique, foi cassado pelo regime militar, em 1964. No entanto, as idéias desenvolvimentistas foram encampadas pelo governo municipal de Williams Arruda, vice-prefeito e sobrinho de Severino Cabral. O co-partidário de Rique, Ronaldo da Cunha Lima, eleito prefeito também seria cassado em 1968. Ainda falta uma pesquisa para se saber como a AC se comportou neste período conturbado.

Mas, no anos 70, parece que a AC reencontra o diálogo com a esfera federal, ao enviar um memorial ao Presidente da República e ao Ministro da Agricultura, com sugestões para o aproveitamento das bacias hidráulicas de Mãe D'Água, Coremas, Engenheiro Ávidos e Boqueirão para a irrigação dando estímulo à agro-pecuária, bem como disciplinar o crédito rural. Vai mais adiante e envia vários memoriais como ao Ministro dos Transportes, solicitando a construção da Avenida do Contorno (ligação com a BR 230); à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pedindo uma central de telex para a agência local; ao Ministro das Comunicações, pedindo a instalação de uma torre do sistema de micro-ondas da Embratel; ao Ministro da Educação, solicitando a permanência do curso de Engenharia Mecânica na Escola Politécnica; e ao presidente da Varig, solicitando a escala de dois vôos semanais.

À medida que a sociedade civil se reforçou com a criação das universidades (FURNe/UEPB e o campus da UFPB) e ocorreu a redemocratização, o espaço da AC parece ter ficado mais restrito no que dizia às suas intervenções na cidade, porém mais forte no centro comercial, exigindo não só uma adequada urbanização física (fim dos calçadões nas ruas do centro), mas se conflitando diretamente com os camelôs, ao pedir ao Poder público sua retirada das ruas. Esta campanha desencadeada mais fortemente a partir de 1993, contará com o apoio da Prefeitura, mas levará quase uma década para a retirada dos ambulantes e seu alojamento em lugar 'apropriado', já que a grande diversificação do comércio nas ruas centrais da cidade, mantinha uma concorrência desleal, segundo AC, para os que enfrentam carga tributária com os empresários estabelecidos. A entidade solicita revitalização do centro, para isto a Secretaria da Indústria e Comércio o CDL e AC elaboraram um plano. A solução foi o projeto das ARCAS (lugares restritos para os ambulantes – que, por sinal, deu certo, sob certos aspectos) e o Projeto Décor Sertanejo, na rua Maciel Pinheiro, em que, sob os auspícios da estética, livrou-se a AC da concorrência desleal e da desorganização do fluxo comercial.

Tem sido este o percurso desta senhora associação que agora comemora seus 80 anos, cujo discurso se confunde com o do Poder, tentando apresentar uma polifonia, mas que esbarra em grupos de interesses diferentes, cuja solução dos conflitos deveria passar uma prática democrática com relação a toda comunidade e não só a seus setores.

JORNAIS

Brasil Novo
Diário da Borborema
Evolução
Folha de Campina
Folha de Campina
O Globo
Jornal da Paraíba
Jornal de Campina
Tribuna da Paraíba
Voz da Borborema

REFERÊNCIAS

GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.) *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Campina Grande, Secretaria Municipal de Educação, 2000,

MELO, Josemir Camilo de. *Vergniaud Wanderley – O Modernista Conservador*. Revista da Academia de Letras de Campina Grande, Ano XXIII, Nº 5, março, 2006, p.165-183.

Ó, Alarcon Agra do et alii. *A Paraíba no Império e na República. Estudos de História Social e Cultural*. João Pessoa, Idéia, 2003.